

# **(In) segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**

**Máriam Abbas**

Investigadora assistente no Observatório do Meio Rural (OMR) - Maputo, Moçambique  
e-mail: mariamabbas1502@gmail.com

## **Resumo**

A agricultura tem um papel muito importante na economia moçambicana seja como fonte de alimentos para a maioria da população assim como fonte de rendimento para cerca de 70% da população (FENITA e ABBAS, 2017). No entanto, considera-se que a insegurança alimentar está em níveis elevados. O presente estudo tem como objetivo analisar a situação atual da (in)segurança alimentar e nutricional em Moçambique, através da revisão de literatura, bem como da análise através de gráficos, tabelas e mapas. Para além disso, faz-se uma análise dos discursos políticos a volta da agricultura e, em particular, da segurança alimentar. Para tal, recorreu-se a análise dos principais discursos políticos e também a estudos desenvolvidos no Observatório do Meio Rural (OMR). Em Moçambique, aproximadamente 6 milhões de pessoas encontram-se em situação de insegurança alimentar crônica. Seria, portanto, necessário que o governo engajasse esforços de forma a reverter esta situação. Estes esforços encontram-se presentes nos discursos do governo bem como nas políticas públicas. No entanto, uma análise da situação atual permitiu verificar que tais discursos e políticas não são implementados com eficiência e não têm beneficiado os pequenos produtores e menos ainda tem reduzido a insegurança alimentar.

**Palavras-chave:** Insegurança alimentar; autossuficiência; discursos políticos; práticas.

## **Food (in) security and territory in Mozambique: political discourses and practices**

### **Abstract**

Agriculture plays a crucial role in the Mozambican economy as a source of food for most of the population as well as a source of income for about 70% of the population (FENITA & ABBAS, 2017). However, it is considered that food insecurity is high. The objective of this study is to analyze the current situation of food (in)security in Mozambique, through literature review, as well as analysis through graphs, tables and maps. In addition, an analysis of the political discourses around agriculture and, in particular, food security is carried out. For that, an analysis of the main political discourses and also studies developed in the Observatório do Meio Rural (OMR) was made. In Mozambique, approximately 6 million people are suffering from chronic food insecurity. It would therefore be necessary for the government to make efforts in order to reverse this situation. These efforts are present in government speeches and in public policy. However, an analysis of the current situation has shown that such speeches are just mere speeches and such policies are not implemented efficiently and have not benefited small farmers and even less has reduced food insecurity.

**Key words:** Food insecurity; self-sufficient; political speeches; practices.

## **(In) seguridad alimentaria y territorio en Mozambique: discursos políticos y prácticas**

### **Resumen**

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 38 - Dossiê	pp. 106-131	2017
--------------	---------------------	-------------------------	-------------	------

La agricultura desempeña un papel muy importante en la economía de Mozambique. Es una fuente de alimento para la mayoría de la población, así como una fuente de ingresos de cerca del 70% de la población (FENITA y ABBAS, 2017). Sin embargo, se considera que la seguridad alimentaria es alta. El presente estudio tiene como objetivo analizar la situación actual de la (in)seguridad alimentaria y nutricional en Mozambique, a través de la revisión de literatura, así como del análisis a través de gráficos, tablas y mapas. Además, se hace un análisis de los discursos políticos alrededor de la agricultura y, en particular, de la seguridad alimentaria. Para ello, se recurrió al análisis de los principales discursos políticos y también a estudios desarrollados en el Observatorio do Meio Rural (OMR). En Mozambique, cerca de 6 millones de mozambiqueños sufren de inseguridad alimentaria crónica. Por ello, sería necesario que el gobierno hizo esfuerzos con el fin de revertir esta situación. Estos esfuerzos están presentes en los discursos del gobierno y en las políticas públicas. Sin embargo, un análisis de la situación actual ha demostrado que este tipo de discursos son sólo meros discursos y que tales políticas no se implementan de manera eficiente y no han beneficiado a los pequeños agricultores y mucho menos ha reducido la inseguridad alimentaria.

**Palabras clave:** La inseguridad alimentaria; la autosuficiencia; el discurso político; prácticas.

## Introdução

A segurança alimentar é uma questão complexa, que tem ganhado cada vez mais relevância em debates nacionais, assim como em organizações internacionais. Este tema tem estado no topo das agendas de várias organizações internacionais e constitui um aspecto muito importante para muitos países, em especial, para os países africanos.

Um estudo do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional – SETSAN (2014) concluiu que em Moçambique, cerca de 24% dos agregados familiares estão em situação de insegurança alimentar crônica. O mesmo estudo refere que os baixos níveis de produtividade e de produção agrícola, o acesso limitado aos alimentos, a fraca diversificação de alimentos em muitas zonas do país, bem como os elevados níveis de pobreza são aspectos que contribuem para os atuais níveis de insegurança alimentar no país.

Na Cimeira Mundial da Alimentação de 1996 definiu-se que a segurança alimentar existe quando todas as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e em quantidades suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares por forma a desenvolver uma vida ativa e saudável (ABBAS, 2017). Desta definição, identificou-se quatro dimensões da segurança alimentar que são a disponibilidade, o acesso, a utilização e a estabilidade.

O estudo tem como objetivo analisar a situação atual da (in)segurança alimentar e nutricional em Moçambique de acordo com as quatro dimensões identificadas. Faz-se também uma análise dos discursos políticos a volta da agricultura e, em particular, da segurança alimentar.

O estudo baseou-se essencialmente na revisão de literatura e em estudos desenvolvidos no Observatório do Meio Rural (OMR). Incide também sobre os principais

discursos políticos. Para análise da informação estatística recorreu-se ao uso de gráficos, tabelas e mapa.

## Contextualização

A agricultura em Moçambique é considerada pela Constituição da República a base para o desenvolvimento do país e um dos setores prioritários da economia. No entanto, muitos estudos (ABBAS, 2015a; b; CASAMO *et al.*, 2013; MOSCA e ABBAS, 2016a) concluíram que esta afirmação não corresponde a realidade. Sendo que esta priorização não se tem refletido nos discursos políticos e, em muitos casos, as políticas econômicas e agrárias não são capazes de realizar as transformações desejadas e, alcançar os objetivos atribuídos à agricultura (ABBAS, 2015a; MOSCA, 2012).

O país possui cerca de 36 milhões de hectares de terras aráveis, dos quais estão em uso cerca de 15%. Possui também 46,8 milhões de hectares de florestas, dos quais 8,8 milhões em parques e reservas (CARRILHO *et al.*, 2016).

A agricultura desempenha um papel muito importante no que se refere a segurança alimentar e nutricional não só como fonte (e diversificação) de alimentos, mas também como fonte de emprego e auto emprego<sup>1</sup> proporcionando a geração de renda às populações rurais (SETSAN, 2014).

De acordo com o Censo Agropecuário – CAP (2011) as explorações em Moçambique são classificadas em (tabela 1 para verificar os limites):

- **Pequena exploração:** se todos os fatores forem menores que o limite 1;
- **Média exploração:** se pelo menos um fator for maior ou igual ao limite 1 e menor que o limite 2;
- **Grande exploração:** se pelo menos um fator for maior ou igual ao limite 2.

**Tabela 1. Fatores para classificação de explorações**

Fatores	Limite 1	Limite 2
Área cultivada não irrigada (ha)	10	50
Área cultivada irrigada, Pomares em Produção, Plantações, Hortícolas, Floricultura (ha)	5	10

<sup>1</sup> “De acordo com dados do INE (2006), do total da força de trabalho (população de 7 anos e mais), cerca de 75% eram trabalhadores informais, aproximadamente 8% eram trabalhadores formais e 17% desempregados. Dos trabalhadores informais (com mais de 7 anos) cerca de 91% trabalhavam na agricultura...”, Mosca, Abbas e Bruna (2016:107). Trabalhadores informais, ou trabalhadores do setor informal são aqueles cujas “atividades são caracterizadas por um baixo nível de organização com divisão limitada ou inexistente entre trabalho e capital e relações de trabalho, geralmente baseadas em colaboração ocasional, de relação familiar ou de amizade, ao invés de contratos formais”, INE (2006) em Mosca, Abbas e Bruna (2016). Por sua vez, “emprego formal refere-se ao emprego que tenha um contrato de trabalho, que seja regulado pela lei, que gere impostos, tenha um salário fixo, entre outros aspectos” Mosca, Abbas e Bruna (2016:107).

Número de cabeças de Gado Bovino	10	100
Número de Caprinos/Ovinos/Suínos	50	500
Número de aves <sup>2</sup>	2 000	10 000

Fonte: CAP (2011).

Em Moçambique, a agricultura é constituída, quase na sua totalidade, por pequenos produtores (ABBAS, 2015a; BANCO MUNDIAL, 2006, 2011). Em geral, segundo o CAP (2011), do total das explorações, cerca de 99% são de pequena dimensão, o que equivale a uma área cultivada de 5 428 571 hectares. Carrilho *et al.* (2016) acrescentam que grande parte da terra é administrada segundo normas costumeiras.

A produção de alimentos é, em grande parte, realizada em pequenas parcelas de terra, sendo dominada por raízes e tubérculos (especialmente mandioca), cereais (milho, mexoeira, sorgo e, em certa dimensão, arroz), amendoim e leguminosas. A maior parte dos produtos básicos destinam-se ao consumo próprio, e apenas excedentes marginais são vendidos em mercados locais (BANCO MUNDIAL, 2011).

Cerca de 25% do PIB moçambicano provém do setor agrário<sup>3</sup> que representa a principal fonte de rendimento para mais de 70% da população (BANCO MUNDIAL, 2011).

Grande percentagem da população moçambicana vive no meio rural (cerca de 70%), e tem a agricultura como o principal e, por vezes, único meio de subsistência. No entanto, é também no meio rural onde a pobreza é predominante<sup>4</sup>. A produtividade deste setor é muito baixa, o que faz com que, os rendimentos também sejam baixos. De acordo com Abbas (2015a) qualquer aumento na produção é devido ao aumento das áreas cultivadas e da força de trabalho. Assim, devido a baixa produtividade e rendimento, os agricultores tendem a migrar para as cidades em busca de melhores condições de vida.

Na cidade, muitas vezes, acabam por tornar-se vendedores ambulantes, comerciantes (em pequenas barracas), etc. Este fenómeno mostra a fraca capacidade da economia de gerar emprego suficiente para a população. Verificando-se, portanto, uma urbanização sem industrialização, o que por sua vez, aumenta a economia informal e o desemprego, exacerbando deste modo a pobreza, as desigualdades sociais e a insegurança alimentar em todo país.

## Situação da segurança alimentar e nutricional

<sup>2</sup> Em relação às aves, para que a exploração seja considerada média ou grande, é necessário que se tenha exercido a atividade de forma contínua, pelo menos nos últimos 6 meses.

<sup>3</sup> Em Moçambique, o termo agrário engloba a agricultura, silvicultura e pecuária e o termo agrícola está relacionado com a agricultura.

<sup>4</sup> Cerca de 50,1% (Ministério de Economia e Finanças – MEF, 2016).

A agricultura em Moçambique é praticamente de sequeiro<sup>5</sup>, sendo dependente das chuvas e, portanto, é bastante vulnerável às mudanças climáticas. Nos últimos anos, o efeito dos choques climáticos tem-se feito sentir com mais intensidade, tendo-se registrado chuvas intensas no norte do país (causando cheias) e escassez no sul (provocando secas). Estes choques têm levado a perda de vidas humanas, culturas, bens, infraestruturas públicas e privadas (escolas, hospitais, casas, estradas, etc.) (MICOA<sup>6</sup>, 2012; SETSAN, 2015).

De acordo com o SETSAN (2014) cerca de 24% dos agregados familiares (AFs) estão em insegurança alimentar crônica, estimando-se em cerca de 1 150 000 famílias<sup>7</sup> e 3,5% das famílias estão em situação de insegurança alimentar aguda (168 000 famílias).

A insegurança alimentar crônica é mais prevalecente nas províncias de Tete e Niassa (33% e 30% dos agregados familiares, respectivamente) e menos prevalecente na cidade de Maputo (11%) (SETSAN, 2014) – veja Mapa 1.

Em geral, a insegurança alimentar é maior nas zonas rurais (27% dos AFs) em relação as urbanas (18%), devido a alguns fatores que se verificam nas cidades como: 1) obtenção de maior rendimento monetário; 2) os preços dos bens essenciais são subsidiados; 3) maior disponibilidade de alimentos devido à importação; 4) dietas alimentares mais diversificadas, entre outros.

Ainda de acordo com o SETSAN (2014) foi possível verificar que a vulnerabilidade à insegurança alimentar é maior para os agregados familiares que dependem do trabalho informal ocasional, assistência alimentar e da esmola e, os assalariados e pensionistas são os menos vulneráveis. O segundo grupo mais vulnerável é dos AFs que estão envolvidos na produção e venda da produção agrícola e pecuária, pois não estando envolvidos em nenhuma outra atividade extra agrícola, obtêm rendimentos baixos devido a baixa produtividade do setor, detendo portanto, menor rendimento monetário e tendo menor acesso aos mercados. Para além disso, a produção é pouco diversificado afetando negativamente a dieta alimentar das famílias.

Cerca de 43% das crianças com idade entre 6 a 59 meses sofrem de desnutrição crônica, e 7% sofre de desnutrição aguda (SETSAN, 2014). A prevalência da desnutrição crônica é mais alta nas províncias do norte e centro do país (variando de 44% – Niassa – a 52% – Sofala) e embora se tenha observado um aumento, a desnutrição continua mais baixa no sul (26% – 31%) (SETSAN, 2014; 2015)<sup>8</sup>.

De acordo com os resultados obtidos no SETSAN (2015) a situação da insegurança alimentar piorou, com incidência para algumas províncias. De uma forma geral, de Maio a

---

<sup>5</sup> Uma técnica agrícola para cultivar terrenos onde a pluviosidade é baixa.

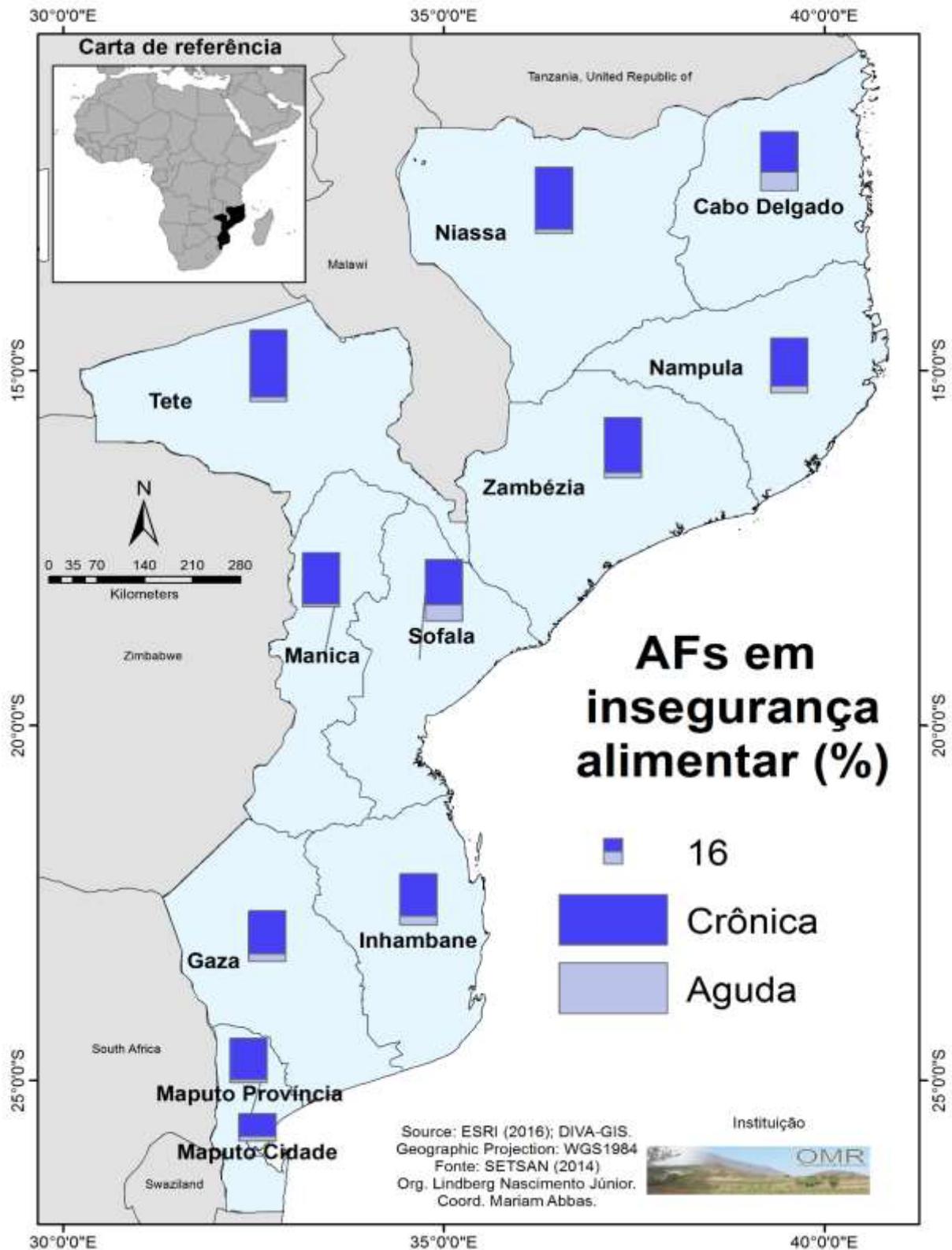
<sup>6</sup> Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental.

<sup>7</sup> Considerando que em média, cada agregado familiar é composto por 5 membros, significa que aproximadamente 6 milhões de moçambicanos estão em insegurança alimentar crônica.

<sup>8</sup> A prevalência da desnutrição aguda segue o mesmo padrão.

Novembro de 2015 o número de pessoas em insegurança alimentar no país aumento em 38 355. Nas províncias de Gaza e Inhambane, os números de pessoas em insegurança alimentar subiu de Maio para Novembro de 2015, tendo passado de 66 119 para 75 565 pessoas em Inhambane, e de 71.665 para 77.365 pessoas em Gaza. Nas províncias de Niassa e Sofala, que em Maio não tinham nenhuma pessoa em insegurança alimentar, em Novembro registrou-se a entrada de 9 203 e 14 006 pessoas.

**Mapa 1. Agregados familiares em insegurança alimentar crônica e aguda (%).**



## Os quatro pilares de segurança alimentar

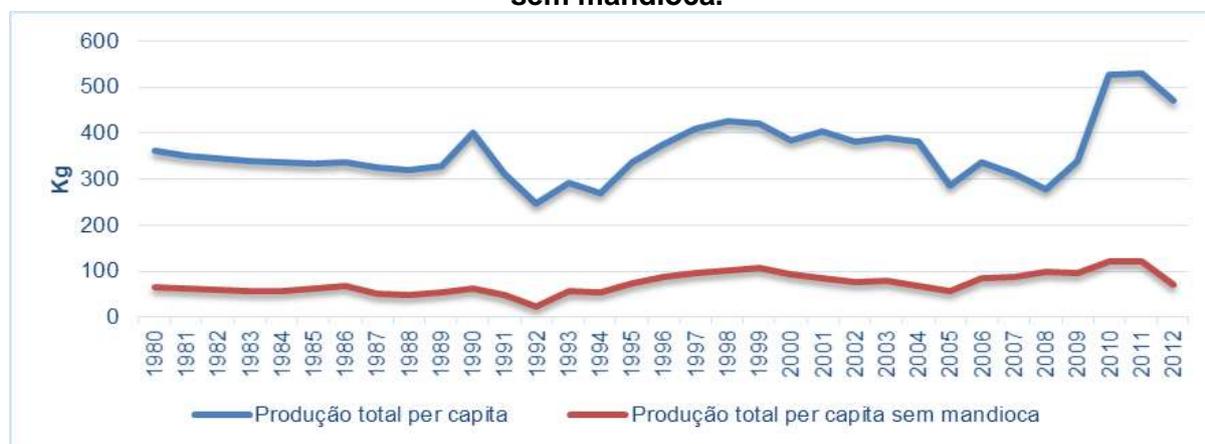
### **Disponibilidade de alimentos**

A disponibilidade de alimentos está assegurada quando se produzem quantidades adequadas de alimentos e estas estão à disposição das pessoas (CARRILHO *et al.*, 2016). A disponibilidade relaciona-se com a produção interna, comércio líquido (importação – exportação) e os níveis de *stocks* de alimentos. A produção local é a principal fonte de alimentos para os agregados familiares cuja principal fonte de renda é a produção agrária (SETSAN, 2015).

Segundo o CAP (2011) a produção alimentar está concentrada no norte do país, sendo esta realizada, em grande parte, em pequenas parcelas de terra.

A produção agrícola é dominada por raízes e tubérculos (especialmente, mandioca), cereais (milho, mexoeira, sorgo e, em menor dimensão, arroz), amendoim e leguminosas (ABBAS, 2015a). O milho e a mandioca são as principais culturas alimentares cultivadas por 80% de pequenos agricultores. As leguminosas, raízes e tubérculos são produzidas por cerca de 70% das famílias (BANCO MUNDIAL, 2011). Estas culturas são consumidas principalmente a nível local.

**Gráfico 1 - Evolução da produção agrícola de produtos alimentares *per capita* total e sem mandioca.**



Fonte: Food and Agricultural Organization of the United Nations - FAO.

A produção nacional *per capita* de alguns bens essenciais (como o milho, a mandioca, o arroz, o sorgo e o amendoim) tem decaído ao longo das últimas décadas, embora tenha registrado um crescimento significativo em 2010. Retirando-se a mandioca, pode verificar-se que a produção total agrícola de bens alimentares *per capita* reduz significativamente, para menos de metade, não tendo sofrido grandes alterações (Gráfico 1).

A maior parte dos produtos alimentares (cerca de 90%) é produzida pelos pequenos agricultores. No entanto, estes produzem principalmente para a sua subsistência, consequentemente, os níveis de produção e de produtividade são baixos.

A oferta alimentar nacional do país é dado pela produção e importação, excluindo as exportações de alimentos. Assim sendo, apresenta-se um conjunto de gráficos que visam mostrar a oferta nacional de alguns produtos considerados de primeira necessidade pelo Ministério da Saúde (MISAU).

**Gráfico 2 - Disponibilidade alimentar**



Nota: No gráfico as exportações estão representadas com sinal negativo, não sendo perceptível pelo facto de o volume ser baixo.

Fonte: FAO.

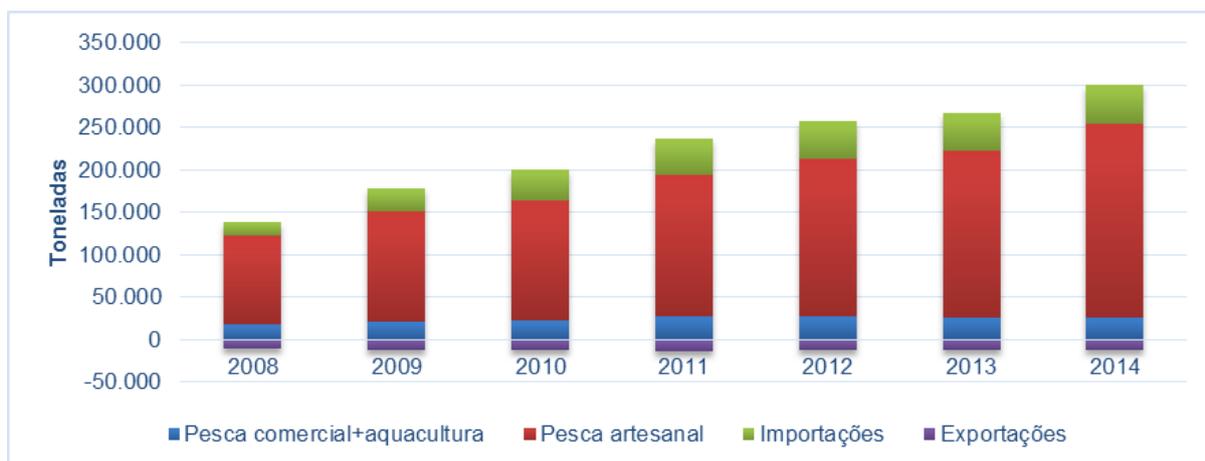
Através dos gráficos é possível verificar que, com exceção do arroz, a importação dos produtos selecionados é baixa. No entanto, a produção nacional acrescida da importação continua a ser insuficiente para satisfazer as necessidades de consumo da população (ver Gráfico 4).

Por outro lado, o setor das pescas contribui com cerca de 2% para PIB, o que significa um consumo de pescado de cerca de 10 kg/pessoa/ano. A pesca artesanal é a que maior contribui no setor das pescas. De acordo com o gráfico abaixo pode verificar-se que a pesca

artesanal contribuiu com cerca de 90% do total da produção pesqueira, apesar destes constituírem apenas 1/3 do total da força de trabalho do subsector das pescas.

Aproximadamente 80% da disponibilidade alimentar de produtos pesqueiros é produzido internamente, sendo o remanescente coberto por importações (veja o Gráfico 3).

**Gráfico 3 - Produção pesqueira.**

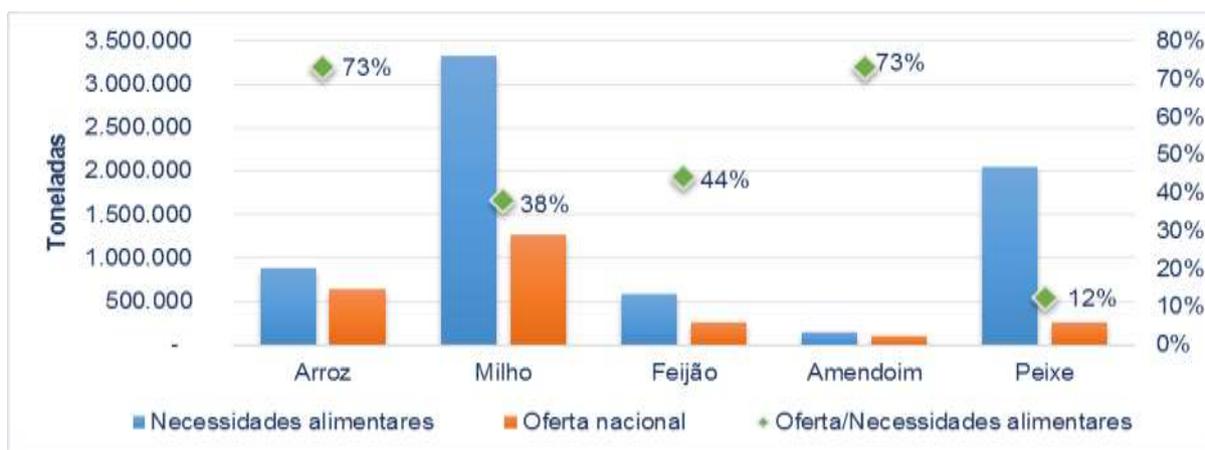


Nota: No gráfico as exportações estão representadas com sinal negativo, não sendo perceptível pelo facto de o volume ser baixo.

Fonte: IDPPE (2014).

Conforme referido anteriormente, a oferta nacional não é suficiente para satisfazer as necessidades alimentares da população, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

**Gráfico 4 - Necessidade alimentares<sup>9</sup> versus oferta nacional (2013)**



Nota: Os pontos que representam a oferta/necessidades alimentares são analisados com base na escala da direita.

Fonte: Abbas (2017).

<sup>9</sup> As necessidades alimentares foram calculadas de acordo com a cesta básica do MISAU que define que cada indivíduo deve consumir por mês 3 kg de arroz, 9,1 kg de farinha de milho, 2 kg de feijão seco, 0,5 kg de amendoim, 3,5 kg de peixe seco, 0,5 litros de óleo, 1,2 kg de açúcar, 1 kg de sal, 3,4 kg de folhas verdes e 3,6 kg de frutas da época (ABBAS, 2017).

O gráfico acima mostra que o país não é autossuficiente<sup>10</sup> no que se refere à oferta dos produtos alimentares básicos definidos pelo MISAU. O peixe é o produto com maior déficit alimentar, pois a oferta nacional apenas cobre 12% das necessidades de consumo da população (ABBAS, 2017)<sup>11</sup>.

Relativamente à produção pecuária, pode dizer-se que esta é muito importante para os modos de vida e nutrição da população. A criação de gado é, predominantemente, praticada pelo setor familiar, essencialmente extensiva, com pouca ou nenhuma utilização de insumos e de raças melhoradas. Ela constitui uma poupança e reserva de riqueza para os criadores, garantindo a sua segurança alimentar e o aumento da sua renda (CARRILHO *et al.*, 2016). Segundo dados do Trabalho de Inquérito Agrícola – TIA (2008), cerca de 88% dos agregados familiares praticam a atividade pecuária.

Em 2008, de acordo com os dados do TIA, existiam 1.683.589 cabeças de gado bovino, concentradas nas regiões centro e sul, e 4.844.002 caprinos concentrados na região centro do país. Segundo a mesma fonte, existiam ainda 1.532.793 suínos e 252.227 de ovinos. A avicultura encontra-se distribuída por todo o país.

**Gráfico 5 - Produção pecuária**



Fonte: FAO.

De acordo com os gráficos acima, pode verificar-se uma tendência crescente da produção de gado em Moçambique.

Em relação às aves, analisou-se a produção de galinhas, pois esta é praticada em todo o país e representa uma fonte importante de segurança alimentar e de rendimento para

<sup>10</sup> Avillez (2013) em Abbas (2017) refere: "Autossuficiência alimentar de um dado país pode ser definida como sendo a sua capacidade para satisfazer as necessidades de consumo da sua população, através da respectiva produção interna e/ou da importação de bens alimentares financiados pelas correspondentes exportações.

<sup>11</sup> Para uma leitura mais detalhada e aprofundada ver Abbas (2017).

a população, sobretudo para as famílias mais pobres. Observa-se que a produção de galinhas não é suficiente para satisfazer os níveis de procura, recorrendo-se, portanto, às importações.

### **Acesso a alimentos**

O acesso a alimentos está assegurado quando todas as famílias e todos os indivíduos dessas famílias têm recursos suficientes para obter alimentos apropriados (através da produção, compra ou doação) para uma dieta nutritiva (HANSON, 2013). O acesso está também relacionado com a infraestrutura de transportes e de mercados.

Abbas (2017) refere sobre o conceito de segurança alimentar baseada no acesso, que dominou os círculos internacionais de políticas alimentares africanas desde os finais dos anos 1980 até inícios de 2000: “Sen (1981)<sup>12</sup>, em Moseley, Schnurr e Kerr (2015)<sup>13</sup>, argumentou que a fome estava mais relacionada com o acesso inadequado aos alimentos do que com a disponibilidade de quantidades suficientes de alimentos no mercado. Ou seja, Sen (1981) defendia a teoria de que a disponibilidade de alimentos, por si só, não iria acabar com a fome, sendo necessário que a população tivesse acesso a esses alimentos”.

De acordo com o SETSAN (2015) nas zonas rurais, onde a principal fonte de renda é a agricultura, o acesso a alimentos pelos agregados familiares é também influenciado pela sazonalidade da produção agrícola.

O sul do país é caracterizado pelo facto de maior parte (em média 94%) dos seus agregados familiares terem dificuldades de acesso a alimentos (com particular enfoque para a província de Gaza com 99%), enquanto no centro do país é onde se encontra menor proporção de AFs com dificuldades de acesso a alimentos. É de referir que o acesso a alimentos piorou de 2013 a 2015 (SETSAN, 2015).

Ainda de acordo com o SETSAN (2015), a principal fonte de cereais é a compra no mercado, com exceção para as províncias de Tete e Manica que obtém através da produção própria. Relativamente ao consumo de raízes e tubérculos observou-se que uma percentagem significativa é proveniente da produção própria, mas a compra também tem um peso significativo.

Este ponto leva-nos a perceber a importância dos mercados para o acesso aos alimentos. Primeiro, é necessário que os alimentos estejam disponíveis no mercado para venda, e segundo, é importante que as famílias tenham rendimento suficiente para adquiri-los. O que nos leva a análise do mercado e dos preços.

O SETSAN (2014) revelou que, do total de mercados visitados, 44% tinham milho em grão à venda, 70% farinha de milho, 85% arroz sem casca, 7% sorgo e 4% mexoeira. Pelo

<sup>12</sup> SEN, A. **Poverty and famines: An Essay on Entitlement and Deprivation**. Oxford: Clarendon Press, 1981.

<sup>13</sup> MOSELEY, W.; SCHNURR, M; KERR, R. Interrogating the technocratic (neoliberal) agenda for agricultural development and hunger alleviation in Africa. **African Geographical Review**, v. 34, n. 1, p. 1-7, 2015.

lado da procura, a subida no nível geral de preços dos produtos alimentares<sup>14</sup> dificulta o acesso aos alimentos pelos AFs.

Analisando a inflação de produtos alimentares em Junho, é possível verificar que esta passou de 4,76% em 2014, para 1,01% em 2015, para 34.51% em Junho de 2016<sup>15</sup> (INE, 2016). Apesar da inflação de produtos alimentares em Junho de 2015 ter sido inferior a de 2014, é de referir que em geral o preço dos produtos essenciais aumentou consideravelmente a partir de Julho de 2015, sendo portanto, superiores aos preços de 2014 no mesmo período.

De acordo com o SETSAN (2014), a cesta básica para uma família composta por 5 membros custa, em média, entre 7.500,00 Meticais/mês (comprando milho em grão) e 8.300,00 Meticais/mês (comprando farinha de milho). No entanto, o salário mínimo entre 2013 e 2014 para o setor da agricultura, pecuária, caça e silvicultura era de 2.500,00 Meticais/mês, passando em Abril de 2016 para 3.298,00 MT. Assumindo que dois membros do agregado familiar trabalham e recebem o salário mínimo teríamos um rendimento de 6.596,00MT, ou seja, não cobre a cesta básica na totalidade. Considerando a inflação, pode afirmar-se que o custo da cesta básica aumentou, o que torna ainda mais difícil o acesso a todos os alimentos necessários para a satisfação das necessidades básicas das famílias.

Os rendimentos dos pequenos produtores são muito baixos devido ao limitado ou nulo acesso a serviços de extensão agrária<sup>16</sup>, assim como a insumos melhorados, e grandes perdas pós-colheita. Por exemplo, a produtividade do milho é de cerca de 800 kg por hectare, o que é menos de metade da média na região da África Austral.

A comercialização também constitui um grande desafio para os agricultores, pois estes têm grandes dificuldades de acesso aos mercados, sendo uma delas os elevados custos de transporte. Outros problemas estão associados a ausência de comerciantes, longas distâncias até ao mercado, e baixos preços praticados ao produtor, entre outros (SETSAN, 2014).

### ***Utilização de alimentos e nutrição***

De acordo com a FAO (2008), utilização de alimentos é entendida como a forma que o corpo aproveita ao máximo os vários nutrientes dos alimentos. Energia suficiente e ingestão de nutrientes pelos indivíduos é o resultado de boas práticas e cuidados com a alimentação, da preparação dos alimentos, da diversidade da dieta e da distribuição de alimentos pelos agregados.

---

<sup>14</sup> Entre 2007 e 2013 houve um aumento na ordem dos 91% (SETSAN, 2014).

<sup>15</sup> É de referir que a inflação média anual de produtos alimentares de 2014 foi de 3,31% e 17,55% em 2015.

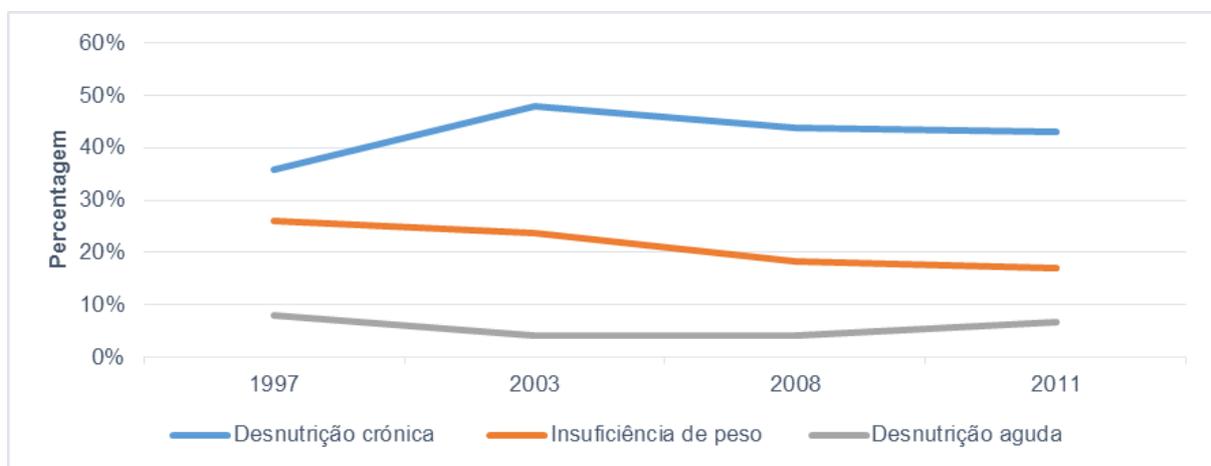
<sup>16</sup> Os serviços de extensão rural consistem na transferência de conhecimento ou tecnologias para os agricultores, com o objetivo destes melhorarem os seus processos de produção, aumentarem a produtividade, entre outros.

Estes aspectos combinados com boa utilização dos alimentos determinam o estado nutricional dos indivíduos (FAO, 2008).

Dados do SETSAN (2015) mostram que houve uma redução drástica na proporção de agregados familiares com uma dieta adequada de 2013 para 2015, com exceção de três províncias, nomeadamente, Nampula, Tete e Manica.

A desnutrição crônica em crianças menores de 5 anos constitui um dos grandes problemas de saúde pública no país. A desnutrição crônica afeta cerca de 43% das crianças em todo o país, sendo mais prevalente no Norte e Centro (variando de 41% a 52%) (SETSAN, 2014).

**Gráfico 6 - Evolução da desnutrição aguda e crônica e insuficiência de peso nos AFs.**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – INE e Ministério da Saúde – MISAU (1998, 2005, 2013).

Com base no Gráfico 6 verifica-se que em 2003 a desnutrição crônica em crianças menores de 5 anos aumentou consideravelmente passando de 36% em 1997 para 48%. Uma das causas aliadas a este facto podem ser as cheias que ocorreram em 2000, causando várias perdas humanas, de bens, culturas e animais, entre outros. Este fenómeno afetou a qualidade da água, aumentou a vulnerabilidade das crianças relativamente a doenças, o que por sua vez, afeta negativamente a nutrição. A partir de 2003 é possível constatar que não houve melhorias significativas em relação a este indicador.

Não fugindo ao padrão até agora observado, a desnutrição crônica tem sido mais elevada nas zonas rurais (46%) em relação às zonas urbanas (35%) e, é prevalente nas crianças do sexo masculino (45%) em comparação com as do sexo feminino (41%)<sup>17</sup> (INE e MISAU, 2013).

<sup>17</sup> Dados referentes ao ano de 2011.

A percentagem de crianças com insuficiência de peso apresenta uma tendência negativa, situando-se em 2011 em 17%. A desnutrição aguda, por sua vez, registrou um ligeiro aumento nos últimos estudos realizados pelo INE e pelo MISAU.

O estudo desenvolvido pelo INE e MISAU (2005) identificou dois factores principais associados à desnutrição crônica e aguda no país: 1) elevado índice de pobreza que se traduz num consumo deficiente de calorias devido ao fraco acesso a alimentos básicos; e, 2) a fraca absorção de nutrientes devido a doenças infecciosas e parasitárias.

Um outro aspecto que também influencia o estado nutricional dos indivíduos é o fraco acesso a água potável e saneamento básico por parte da população. Apesar de se ter registado um relativo progresso nos últimos anos em relação ao saneamento do meio e água potável, mais de 50% da população continua a não ter acesso a saneamento básico (CARRILHO *et al.*, 2016).

### **Estabilidade**

A estabilidade está relacionada a capacidade dos indivíduos de terem acesso a alimentos no futuro. Ou seja, quando existe disponibilidade de alimentos suficientes a que os agregados familiares possam ter acesso.

Este pilar está diretamente relacionado com a capacidade produtiva, variabilidade do clima, flutuações de preços, fatores políticos e económicos, entre outros.

Nas últimas décadas o país tem sido consideravelmente afetado por choques climáticos extremos, levando a seca essencialmente no sul do país e cheias no norte. Estes eventos climáticos têm causado perdas a nível de bens, culturas, animais, infraestruturas, etc.

Moçambique é muito dependente de recursos externos, tornando-se, portanto, vulnerável também aos choques económicos e sociais (não apenas internos, mas também internacionais).

Desde 2013, a estabilidade política e a segurança estão ameaçadas por tensões entre o governo e o principal partido da oposição, principalmente na zona central do país. Esta situação tem afetado consideravelmente o desempenho da atividade económica.

Atualmente, Moçambique viu-se envolvido em dívidas ocultas contraídas em 2013 e 2014, que abalaram consideravelmente a imagem de Moçambique no mercado internacional. Tendo portanto, consequências a nível da cooperação entre Moçambique e os outros países.

Adicionalmente, a inflação já atingiu níveis bastante elevados (19,72 em Junho de 2016) e a taxa de câmbio situa-se a 66,26 MT/USD<sup>18</sup> (a média mensal foi de 55,40MT/USD em Maio de 2016). Uma vez que Moçambique recorre a importação de alimentos, este

---

<sup>18</sup> A 21 de Julho de 2016, Banco de Moçambique.

aumento da taxa de câmbio torna os produtos mais caros, o que por sua vez dificultou o acesso aos alimentos.

De uma forma geral, espera-se que a insegurança alimentar em Moçambique piore, devido a vários fatores tais como a situação econômica e financeira do país, choques climáticos (causando secas e cheias), entre outros.

### **A marginalização da maioria como consequência das relações de poder: discursos políticos e práticas**

A Constituição da República (2004, artigo 103 ponto 1 e 2) afirma: “Na República de Moçambique a agricultura é a base do desenvolvimento nacional. O Estado garante e promove o desenvolvimento rural para a satisfação crescente e multiforme das necessidades do povo e o progresso econômico e social do país”.

A 15 de Janeiro de 2015, no discurso oficial na cerimônia de investidura, o Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, referiu o seguinte:

Promoverei o aumento de investimentos públicos e privados à agricultura, a pecuária e pesca. Uma atenção particular será dada ao setor familiar, que sustenta a maioria da população moçambicana. Prosseguirei políticas de incentivos aos camponeses que permitam elevar a produção e a produtividade agrárias. Apostaremos na industrialização da nossa agricultura. Moçambique tem todas as condições para ser uma potência agrícola na região. Intensificaremos a produção de alimentos e o seu acesso pelo cidadão de modo a garantir a segurança alimentar e nutricional. A alimentação condigna não deve constituir um privilégio. Ela é um direito humano básico que assiste a todos os moçambicanos.

Nos discursos políticos a redução da pobreza constitui um dos objetivos fundamentais e a principal prioridade do governo moçambicano, sendo a agricultura um elemento primordial para o alcance desse objetivo e para a promoção do desenvolvimento econômico nacional.

A segurança alimentar constitui o primeiro grande objetivo da Política Agrária de 1996. A política agrária definiu como sendo os principais produtos para se alcançar a autossuficiência e a segurança alimentar os seguintes: o milho, o arroz, a sorgo, a mexoeira, os feijões, o amendoim e a mandioca, assim como a produção de proteína animal, baseada fundamentalmente no desenvolvimento de ruminantes. Tendo para tal estabelecido as várias estratégias, destacando-se:

- i) Produção de alimentos para auto consumo e mercado, baseando-se sobretudo nos pequenos e médios produtores agrícolas e agropecuários. Contudo também será incentivada a participação do setor empresarial [...]
- ii) Garantia do fornecimento de sementes melhoradas... [...]
- iii) Promoção do acesso a recursos financeiros pelo camponês...
- iv) Desenvolvimento de sistemas de incentivos à atividade agrária...

v) Suporte dos sistemas de produção em zonas com aptidão agroecológicas, através da: a) investigação e extensão agrária; b) estabelecimento de centros de apoio à produção...c) promoção e desenvolvimento de infraestruturas públicas.

(Resolução nº11/95)

Relativamente ao último ponto, no respeitante às infraestruturas, sabe-se que estas constituem atualmente uma das maiores entraves ao desenvolvimento do setor. Estas estão em mau estado de conservação e a sua utilização é geralmente ineficiente, como é o caso dos regadios (MOSCA, 2010).

As estradas encontram-se também em estado precário, dificultando a circulação de bens e tornando altos os custos de transporte, o que por sua vez, tem efeito sobre os preços.

Por parte do Governo, existem vários ministérios e institutos que direta ou indiretamente influenciam ou podem influenciar a segurança alimentar e nutricional no país, nomeadamente, o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), o Ministério da Saúde (MISAU), o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINED), o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), entre outros. Todas estas instituições têm um papel preponderante na redução da insegurança alimentar através dos seus programas. De acordo com Carrilho *et al.* (2016) as instituições do Estado em geral e, em particular, aquelas que, mesmo indiretamente têm influência sobre a segurança alimentar e nutricional, têm revelado debilidades no exercício das suas funções de regulação, fiscalização e monitorização das leis e da capacidade de as fazer cumprir.

De acordo com Carrilho *et al.* (2016) as principais intervenções do governo no que se refere à segurança alimentar e nutrição estão refletidas no Programa Quinquenal do Governo 2015-2019, que inclui a redução da malnutrição crônica como um indicador no pilar de desenvolvimento humano e social. Estão também refletidas nos documentos de política transversais, nomeadamente na Estratégia de Segurança Alimentar e Nutrição 2008-2015 (ESAN II/PASAN) que pretendia contribuir para a melhoria da segurança alimentar e nutricional no seio da população em situação de desnutrição crônica e/ou risco de fome e no Plano de Ação Multi-Setorial para a Redução da Desnutrição Crônica (PAMRDC)<sup>19</sup>.

Casamo *et al.* (2013) argumenta que sendo a autossuficiência e segurança alimentar o maior objetivo definido constitucionalmente, seria lógico que existissem políticas e instrumentos de gestão macroeconômica (orçamento público) que promovessem o aumento da produção, produtividade e competitividade da produção de alimentos.

Casamo *et al.* (2013:16) acrescenta:

Considerando que são os produtores de pequena escala os que produzem mais de 95% dos bens alimentares, seria coerente que o orçamento público

---

<sup>19</sup> Grande parte dos objetivos definidos nestes programas não foram alcançados.

refletisse essa importância e prioridade com a alocação de recursos nos fatores mais influentes na transformação estrutural da produção (escala, tecnologia e opções culturais nos sistemas de produção), com vista à intensificação, o conseqüente aumento da produtividade e o incremento do rendimento das famílias.

No entanto, os autores chegam a uma conclusão diferente. Casamo *et al.* (2013) constataram que entre 2001 a 2010, em média, cerca de 80% dos gastos na agricultura eram canalizados para as despesas de investimento. Embora, este aspecto seja positivo, os autores verificaram que nas despesas de investimento, têm maior peso programas que pouco ou nada contribuem para o aumento da produção e produtividade, como é o caso do apoio institucional e os gastos comuns (atividades não planificadas).

Componentes como extensão, pesquisa, apoio a produção e irrigação, vitais para o aumento da produtividade agrícola, recebem dotações orçamentais muito pequenas, o que implica dizer que o Estado não criou as condições para a execução do plano diretor por si aprovado. O investimento em regadios começou recentemente a ter importância com investimentos suportados pelo banco Mundial. (CASAMO *et al.*, 2013, p. 30).

Estas constatações levam-nos a crer que embora estejam definidas e estabelecidas prioridades claras nas estratégias do governo e na política agrária, na prática verifica-se outro cenário. Certamente que os recursos destinados às componentes vitais da agricultura têm vindo a aumentar ao longo dos anos, mas este incremento não demonstra vontade por parte do governo em promover a produção e a produtividade agrícola.

Embora os gastos em pesquisa tenham aumentado, os serviços de extensão ainda são insuficientes e precários. Carrilho *et al.* (2016) confirmam e acrescentam que tem havido progressos na investigação agrária, no entanto, apenas ocasionalmente é que estes avanços chegam à maioria dos produtores.

Um outro elemento que tem sido um entrave a uma dieta alimentar adequada reside no facto de a produção da maior parte dos produtores não ser diversificada. A agricultura é essencialmente de subsistência em que os pequenos agricultores produzem para a sua subsistência, o que dificilmente assegura um rendimento estável ao longo do ano<sup>20</sup>. Isto por sua vez dificulta o acesso a alimentos que não sejam de produção própria assim como o acesso a serviços básicos.

A grande variabilidade dos preços que é influenciado pela sazonalidade da produção e pela fraca capacidade de armazenamento e processamento em todo país, também são aspectos que merecem grande importância e estão presentes nos discursos políticos bem como na política agrária que define uma estratégia que vise:

---

<sup>20</sup> Um factor que pode estar associado a isto pode ser o facto de os pequenos agricultores não terem acesso ao crédito, o que dificulta o investimento em outras culturas e tecnologias.

[...] A promoção e melhoramento da comercialização de excedentes agrícolas através do:

- Aperfeiçoamento do sistema de mercados, incentivando a criação de estruturas locais adequadas, e envolvendo o setor privado...;
- Disponibilização de linhas de crédito para a comercialização agrária, através do sistema bancário formal e através da aplicação de fundos de fomento;
- Implementação de políticas de preços que incentivem a comercialização de excedentes agrícolas;
- Promover a instalação de agroindústrias no meio rural, especialmente as que utilizam matérias-primas locais, com vista a melhorar o estabelecimento do mercado e promoção do emprego no meio rural;
- Promover a implementação de um sistema de seguro contra riscos na atividade agrária; [...]

(Resolução nº11/95 de 31 de Outubro)

No entanto, não existe uma política de preços e mercados clara. Pelo contrário, Mosca e Abbas (2013) concluíram que relativamente aos preços ao consumidor, estes são geralmente mais baixos na cidade de Maputo. Este facto mostra o grande interesse do governo em estabilizar os preços ao consumidor principalmente nas cidades, em particular na época festiva, o que é assegurado com reforços nas quantidades importadas e melhoria das condições de importação (MOSCA e ABBAS, 2013). O que por sua vez reduz a competitividade dos produtos nacionais.

Para além disso, verifica-se uma assimetria de informação em relação aos mercados e preços. A divulgação de informação relativa aos preços, pelo Sistema de Informação dos Mercados Agrícolas (SIMA) não é suficientemente ampla no território e junto dos consumidores e produtores (CARRILHO *et al.*, 2016).

Mosca e Abbas (2013) consideram que os Estados intervêm na agricultura e no meio rural pelas seguintes razões principais: 1) A segurança alimentar; 2) a relevância de alguma graduação da equidade social e da coesão espacial dos territórios; 3) necessidade de assegurar a preservação do ambiente e dos recursos naturais; e, 4) retenção da população no meio rural como forma de assegurar as funções de coesão e ambientais e de produção de bens e serviços consumidos principalmente nas cidades.

No entanto, nenhum desses objetivos está a ser alcançado:

- 1) Porquê falar de segurança alimentar em Moçambique? É mais lógico falar-se e discutir-se a insegurança alimentar, que é elevada e tende a piorar considerando a atual situação econômica e financeira. Agravando a questão, aproximadamente

metade das crianças menores de 5 anos sofrem de desnutrição crônica<sup>21</sup>, o que coloca em causa o futuro do país.

- 2) As atuais políticas do Estado são geradoras de ineficiências, mais desigualdades a nível social e territorial, beneficiando os menos carenciados (MOSCA e ABBAS, 2016a;b).
- 3) Não se verifica uma preservação nem do ambiente e menos ainda dos recursos naturais. Pelo contrário, existe uma exploração não sustentável e com baixos benefícios para as comunidades. Serra *et al.* (2014) verificaram que, relativamente às florestas, “tudo aponta para uma situação de exploração muito acima dos limites legais e ambientais, com impactos econômicos, sociais e ambientais, que poderão ser significativamente negativos”.
- 4) Vários estudos indicam que devido aos baixos rendimentos do setor agrícola<sup>22</sup>, os indivíduos tendem a migrar do meio rural para as cidades, em busca de melhores condições de vida. Grande parte dos imigrantes entrevistados na cidade de Maputo eram agricultores no seu local de origem. Uma vez, na cidade de Maputo, poucos deles continuaram as suas atividades na agricultura (FEIJÓ e IBRAIMO, 2016; FEIJÓ e AGY, 2015). Este fenômeno causa uma urbanização forçada sem industrialização, que leva a maiores desigualdades sociais e aumento da economia informal.

Apesar de tantos discursos em prol dos pequenos agricultores e da segurança alimentar, em anos recentes, algumas culturas de rendimento ganharam peso, como por exemplo, a cana-de-açúcar, o algodão, o tabaco, a soja e o gergelim. Sendo que estas, com exceção da cana-de-açúcar, não fazem parte da dieta nutricional de grande parte da população.

Nesta óptica, têm-se verificado diferentes tipos de fluxos de capital que focam essencialmente no agronegócio, criando uma cadeia de valor assente nas culturas de exportação. Isto, por sua vez, tem levado a conflitos de terra entre pequenos proprietários rurais e grandes investidores, bem como entre estes e as comunidades em consequência de disputas sobre a ocupação da terra e da implementação irregular dos reassentamentos.

Este conflito entre as comunidades, os pequenos agricultores e as grandes potências e esta disputa pela terra, que se tem observado leva-nos ao conceito de território.

Entendendo-o de forma abrangente, como um espaço que se projetou um trabalho e, portanto revelador das relações marcadas pelo e para o poder (RAFFESTIN, 1993). Por

<sup>21</sup> A desnutrição crônica afeta consideravelmente a capacidade intelectual e física do indivíduo, tendo consequências negativas a curto e longo prazo.

<sup>22</sup> Acrescente-se que uma parte significativa do trabalho no meio rural é precário e sazonal, para além de o salário mínimo no setor agrário ser inferior ao dos outros setores, e muitas vezes não é respeitado (CARRILHO *et al.*, 2016).

essa característica, a realidade moçambicana mostra ao mesmo tempo os limites, possibilidades, conflitos e contradições no setor político, através da formulação de políticas públicas e agricultura.

O problema não está na concepção das políticas exclusivamente (e não que estas sejam as mais justas), mas sim na sua implementação. Por exemplo, em 2003 foi assinada a Declaração de Maputo que definia que 10% do orçamento deveria ser canalizado para agricultura, como forma de dinamizar, promover e impulsionar a competitividade dos produtos agrícolas. No entanto, de acordo com o Ministério de Economia e Finanças – MEF (2016) em 2015, do total do orçamento<sup>23</sup> apenas 6,7% foi direcionado ao setor da agricultura e desenvolvimento rural<sup>24</sup>. Em anos anteriores essa percentagem pode ter sido relativamente mais alta, mas mantendo-se sempre inferior a 10%.

Por outro lado, analisando as variáveis macroeconômicas, Abbas (2015a, b) verificou que o ambiente macroeconômico em Moçambique não tem sido favorável a agricultura e que a política monetária desenhada nos anos anteriores não favorece o setor agrícola (em particular os pequenos produtores e a atividade produtiva primária).

Mosca e Abbas (2016 a; b) em seus estudos concluíram:

- 1) Os maiores beneficiários do orçamento do Estado são os médios e grandes agricultores, e a região sul do país, que tem menor população, menor produção, um número inferior de explorações agrícolas e com maiores oportunidades de negócios refletindo-se numa menor dependência dos rendimentos familiares da agricultura;
- 2) Grande parte dos subsídios são apenas acessíveis pelos médios e grandes produtores;
- 3) Taxas de juros extremamente elevadas, inviabilizando o investimento e, para além disso, o pequenos produtores (que ressalvo, constituem cerca de 99% dos agricultores) não têm acesso ao crédito;
- 4) Cerca de 50% do crédito agrário destina-se às culturas da cana-de-açúcar e algodão, enquanto a produção alimentar é marginalizada;
- 5) Os pequenos produtores e a produção alimentar não foram priorizados pelas opções públicas refletidas no investimento;
- 6) O setor agrário tem um padrão de acumulação centrado nas grandes empresas e sobretudo no exterior, onde é realizado grande parte do valor acrescentado das cadeias produtivas.

---

<sup>23</sup> Excluindo os juros e operações financeiras.

<sup>24</sup> Se incluirmos os juros e as operações financeiras este valor passa para 5,9%. Subdividindo pelos subsectores pode verificar-se que a agricultura beneficiou de 2,6%, mar e pescas de 0,6% e serviços distritais de 2,6% (MEF, 2016).

Mosca e Abbas (2016b) reforçam que as desigualdades de desenvolvimento devem-se a razões de ordem política, econômica e social de longa duração. Ou seja, a estrutura política, econômica e social satisfaz o interesse dos poderes políticos e das elites, sendo portanto, gerador de desigualdades, pobreza e de conflitos entre as comunidades e os grandes investidores, causando portanto um conflito de território, onde camponeses desfavorecidos lutam com grandes investidores, influentes pelas suas terras e pelas suas machambas<sup>25</sup>.

Deste modo, e contemplando toda essa discussão, o território em Moçambique é a materialização do espaço de governança, uma vez que tem sido usado como instrumento que visa:

Atender aos interesses de instituições e expressa então sua mais cara propriedade: as relações de poder [...] neste contexto que o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio (FERNANDES, 2008).

Em síntese, o território moçambicano evidencia-se principalmente no processo da implementação das políticas públicas para agricultura, do que na formulação. Essa contradição coloca a produção alimentar persistentemente marginalizada, e o pequeno agricultor que é o principal agente produtor de alimentos como o agente de menor detenção de poder e, portanto, o menos beneficiado. Ou seja, verifica-se a marginalização de mais de 70% da população que é responsável por cerca de 90% da produção alimentar do país, sendo portanto, os atores mais importantes para garantir a segurança alimentar através da disponibilidade de alimentos e também, os atores-chave para a redução da pobreza.

## **Conclusão**

De uma forma geral, foi possível constatar ao longo do trabalho que a insegurança alimentar em Moçambique constitui ainda uma grande preocupação. Não tendo registrado grandes alterações nos últimos anos. A desnutrição crônica em crianças com menos de 5 anos é bastante elevada (43%).

No que se refere a insegurança alimentar, foi possível verificar que os seus indicadores são piores nas áreas rurais em relação às urbanas. Considerando que cerca de 70% da população vive nas zonas rurais, pode dizer-se que o cenário não é nada favorável para os moçambicanos.

---

<sup>25</sup> Machamba é um termo utilizado em Moçambique para designar um terreno agrícola que é usado para produção familiar.

Relativamente à disponibilidade de alimentos, conclui-se que o país não é autossuficiente no que se refere a produção dos produtos essenciais considerados pelo MISAU. Verificou-se uma tendência crescente da produção de gado e aves.

Quanto ao acesso, pode dizer-se que este piorou de 2013 para 2015. Este facto pode ser justificado, pelo aumento significativo dos preços dos produtos alimentares e, conseqüente, aumento do custo de vida, pela dificuldade de acesso aos mercados e, também pelo baixo rendimento dos pequenos produtores.

A percentagem de crianças menores de 5 anos com desnutrição crônica e insuficiência de peso tem-se mantido alta nos últimos anos (2008 a 2011), não tendo registrado melhorias consideráveis. Adicionalmente, a percentagem de crianças com menos de 5 anos de idade com desnutrição aguda sofreu um ligeiro acréscimo em 2011.

Em geral, pode afirmar-se que a insegurança alimentar pode piorar ao longo dos próximos anos devido a ocorrência de eventos climáticos extremos (secas e cheias) e também devido à crise que se vive no país, tendo prejudicado a atividade econômica e a situação econômica e financeira do país.

Apesar da segurança alimentar estar no topo das agendas dos governos em todas as partes do mundo, incluindo em Moçambique, constatou-se que em Moçambique os discursos políticos não são virados para a promoção da agricultura familiar e nem para o pequeno agricultor.

Grande parte das políticas públicas e agrárias beneficiam em particular os médios e grandes agricultores e, de certa forma as culturas de exportação. Marginalizando, assim, a produção de alimentos. Cria-se então uma cadeia de valor assente no agronegócio, manifestando as relações de poder existentes em benefício das elites e dos grandes investidores, efetivando-se em um território de governança.

## **Lições de políticas**

- É necessário que o orçamento seja mais redistributivo e promova a redução das desigualdades sociais e territoriais, incluir com programas pro-pobres, assim como priorizar a agricultura e em particular a agricultura familiar, criando políticas específicas que beneficiem diretamente os pequenos produtores de alimentos.
- Deve-se apostar em ações que tenham efeitos multiplicadores sobre a produção, a criação de rendimento e a geração de emprego.
- Promover sinergias entre os ministérios, por forma a aumentar a eficiência na utilização dos recursos e melhorar a transparência.
- Criar programas de educação nutricional nas escolas.

- Incentivar os mercados institucionais (sobretudo escolas e estabelecimentos de saúde), que articulem a produção e o consumo local, com incidência sobre os alimentos ricos em nutrientes, também com a fortificação dos bens na fase de processamento.
- Criar mecanismos de monitoria e avaliação dos programas.

## Referências

ABBAS, M. Segurança alimentar. Auto-suficiência alimentar: mito ou verdade? **Observador Rural**, Maputo: Observatório do Meio Rural (OMR), 55, Agost. 2017.

\_\_\_\_\_, M. A Macroeconomia e a Produção Agrícola em Moçambique. **Observador Rural**, Maputo: Observatório do Meio Rural (OMR), 26, Abr. 2015a.

\_\_\_\_\_, M. A Política Monetária e a agricultura em Moçambique. **Observador Rural**, Maputo: Observatório do Meio Rural (OMR), 34, Nov. 2015b.

BANCO MUNDIAL. Mozambique Agricultural Development Strategy: Stimulating Smallholder Agricultural Growth. Report Nº 32416-MZ. Washington D.C, 2006.

BANCO MUNDIAL. Mozambique: Analysis of Public Expenditure in Agriculture. Report Nº 59918-MZ, v. I. Washington D.C., 2011.

CAP. Censo Agro-Pecuário 2009-2010: Resultados Definitivos. Moçambique: Instituto Nacional de Estatística, 2011.

CARRILHO, J.; ABBAS, M.; JÚNIOR, A.; CHIDASSICUA, J.; MOSCA, J. **Desafios para a Segurança Alimentar e Nutrição em Moçambique**. Maputo: Observatório do Meio Rural, 2016.

CASAMO, A. I.; MOSCA, J.; ARAFAT, Y. Orçamento do Estado para a Agricultura. **Observador Rural**, Maputo: Observatório do Meio Rural (OMR), 9, Set. 2013.

FAO. **An Introduction to the Basic Concepts of Food Security**. 2008. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-al936e.pdf>>. Acesso em: 27 Agost. 2014.

FEIJÓ, J.; AGY, A. R. Dynamics of integration of rural migrants in the city of Maputo: a spatial gender comparative analysis. **Buwa! Journal on African Women's Experiences**, Johannesburg, 6, p. 95-106, Dez. 2015.

FEIJÓ, J.; IBRAIMO, M. Relações rural-urbano, transferências pessoais e políticas públicas: uma análise a partir de populações residentes na cidade de Maputo. In: CASTEL-BRANCO, C. *et al.* (Org). **Desafios para Moçambique 2016**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2016. p. 329-354.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. **Boletim DATALUTA**, p. 01-22, 2008.

HANSON, Craig. Food Security, Inclusive Growth, Sustainability, and the Post-2015 Development Agenda. In: **High Level Panel on the Post-2015 Development Agenda**, New York: United Nations, 2013.

IDPPE. **Estudo Macro** - diagnóstico dos Problemas Ambientais na Pesca Artesanal nas Províncias de Niassa, Zambézia, Sofala e Inhambane. Maputo: Ministério das Pescas, 2014.

INE. IPCMocambique\_Quadros\_Junho16.xls: Banco de dados. Disponível em: <[http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/indice-de-preco-no-consumidor/quadros/nacional/ipcmocambique\\_quadros\\_janeiro16.xls/view](http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/indice-de-preco-no-consumidor/quadros/nacional/ipcmocambique_quadros_janeiro16.xls/view)>. Acesso em: Jul. 2016.

INE e MISAU. Moçambique: Inquérito Demográfico e de Saúde 2011 (Demographic and Health Survey). Calverton, Maryland, USA: Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Estatística e ICF International, 2013.

INE e MISAU. **Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) 2003**. Maputo, 2005.

INE e MISAU. **Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) 1997**. Maputo, 1998.

MEF. Relatório de Execução do Orçamento do Estado: 2015 – Janeiro a Dezembro. República de Moçambique, 2016.

MICOA. **Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas 2013-2025**. República de Moçambique, 2012.

MOÇAMBIQUE. Constituição (2004). **Constituição da República**. Maputo: 2004.

MOÇAMBIQUE. Resolução nº 11, de 1995. **Política Agrária**, Maputo, v. 52, p. 7-15, Fev. 1996.

MOSCA, João. Políticas Agrárias e Mudanças na Agricultura de Moçambique (1975-2009). In: Mosca, J. *et al.* (Ed.) **Contributos para o Debate da Agricultura e do Desenvolvimento Rural**. Maputo: Escolar Editora, 2012. p. 17-47.

MOSCA, João. Informalidades nas organizações formais e desenvolvimento. In: **Seminário Trabalho, Sociabilidade e Geração de Rendimento no Espaço Lusófono**, Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), 2010.

MOSCA, J.; ABBAS, M. Políticas Públicas e Agricultura. **Observador Rural**, Maputo: Observatório do Meio Rural (OMR), 36, Jan. 2016a.

MOSCA, J.; ABBAS, M. Políticas Públicas e Desigualdades Sociais e Territoriais em Moçambique. **Observador Rural**, Maputo: Observatório do Meio Rural (OMR), 42, Jul. 2016b.

MOSCA, J.; ABBAS, M. Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares. **Observador Rural**, Maputo: Observatório do Meio Rural (OMR), 3, Jan. 2013.

MOSCA, J.; ABBAS, M.; BRUNA, N. **Governança, 2004-2014: poder, Estado, economia e sociedade**. Maputo: Alcance Editores, 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. San Pablo: Ática, 1993.

SERRA, Carlos, *et al.* O Impacto da Exploração Florestal no Desenvolvimento das Comunidades Locais nas áreas de exploração dos recursos faunísticos na província de Nampula. **Observador Rural**, Maputo: Observatório do Meio Rural (OMR), 18, Jul. 2014.

SETSAN. Relatório de Monitoria da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional. Maputo: Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, 2015.

SETSAN. Relatório de estudo base de segurança alimentar e nutricional em 2013. Maputo: Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, 2014.

TIA. Trabalho de Inquérito Agrícola 2007. Maputo: Ministério da Agricultura, 2008.

Recebido para publicação em 20 de julho de 2016.

Aceito para a publicação em 05 de agosto de 2017.